



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 24/2021
Período: 10/07/2021 - 16/07/2021
GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- CPI da covid-19 I: comandante da Aeronáutica faz novas declarações contra a comissão
- 2- CPI da covid-19 II: atritos envolvendo as Forças Armadas
- 3- CPI da covid-19 III: representantes de diversos setores políticos e sociais comentaram tom de ameaça da nota de militares
- 4- CPI da covid-19 IV: Braga Netto é convocado pela Câmara dos Deputados após publicação de nota
- 5- CPI da covid-19 V: jornais destacaram militares citados em depoimento
- 6- Militares no governo Bolsonaro I: opiniões sobre manifestações políticas por parte de membros das Forças Armadas
- 7- Militares no governo Bolsonaro II: jornais apontaram ameaças à democracia
- 8- Militares no governo Bolsonaro III: tramitação da PEC que barra militares em cargos políticos
- 9- Forças Armadas atuarão no combate ao desmatamento
- 10- Crise no Haiti suscita debate sobre engajamento do Brasil em missão de paz
- 11- Relatos de recusa de militares em imunizar quem faz “campanha política”

1- CPI da covid-19 I: comandante da Aeronáutica faz novas declarações contra a comissão

Conforme o periódico *Correio Braziliense*, o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Júnior, em entrevista ao jornal *O Globo*, afirmou que “não enviaremos 50 notas” à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, em referência ao documento assinado pelo Ministro da Defesa em conjunto com os chefes das três forças em 07/07/21, que afirmava que o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), atacara os militares “de forma vil e leviana”. O comandante da Aeronáutica disse que as falas de Aziz foram ofensivas e prematuras, e que “fazer julgamentos de oficiais é muito desagradável e não podemos aceitar”. Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a entrevista do comandante da Aeronáutica não agradou parlamentares nem da base do governo, nem da oposição. Para o jornal, as falas de Baptista, após a divulgação da nota assinada, demonstraram um alerta às instituições. Ainda segundo o periódico, Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados e aliado de Bolsonaro, em suas redes sociais, posicionou-se contrário à manifestação política de comandantes militares, a que chamou de

“oportunismo”, e afirmou ter compromisso com a democracia, com reformas, com a harmonia e a governabilidade. A *Folha* assinalou que Lira possui mais cem pedidos de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro arquivados. Segundo o *Correio*, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-GO), afirmou que o atrito entre as Forças Armadas e a CPI estava superado; porém, declarou que o Congresso Nacional não aceitará qualquer intimidação contra as prerrogativas parlamentares. Pacheco afirmou que desejava telefonar para os comandantes das três forças, como já havia feito no dia 08/07/21 em conversa com o ministro da Defesa, Walter Braga Netto. O *Estado* afirmou que Pacheco decidiu prorrogar por 90 dias os trabalhos da CPI da covid-19. Segundo o periódico, a atitude teve como objetivo “desgastar mais o governo” e impôs mais uma “derrota” a Bolsonaro. A *Folha* apontou que o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) protocolou uma ação no Ministério Público Militar denunciando a postura do comandante da Aeronáutica, cujas falas “configuram transgressão disciplinar” pelo conteúdo político e de ameaça a outro Poder. (*Correio Braziliense – Política – 10/07/21; Folha de S. Paulo – Poder – 11/07/21; Folha de S. Paulo – Poder – 13/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 14/07/21*)

2- CPI da covid-19 II: atritos envolvendo as Forças Armadas

Os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo* abordaram os atritos entre senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 e as Forças Armadas, após as apurações sobre possíveis irregularidades e corrupção na compra de vacinas apontarem para nomes de militares que atuaram no governo. Segundo os jornais, o relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), cobrou apoio do Senado e da Câmara dos Deputados à CPI e declarou que não teme “quarteladas”. Ainda afirmou “não vamos investigar uma instituição militar, longe de nós. Nós temos responsabilidade institucional. Agora, vamos, sim, investigar o que aconteceu nos porões do Ministério da Saúde. E, na medida em que esses fatos forem sendo conhecidos, e essas provas forem apresentadas, nós vamos cobrar a punição de seus responsáveis, sejam eles civis, sejam eles militares- não importa”. Isto porque, no dia 07/07/21, o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), comentou sobre as investigações terem apontado o envolvimento de militares em irregularidades, alegando que os “bons militares” devem estar envergonhados pelo comportamento de “membros do lado podre” da Instituição. Segundo o *Correio*, senadores devem convocar novamente o coronel Elcio Franco, um dos investigados pela CPI, junto com outros cinco oficiais. Após a fala do presidente da CPI, as tensões entre parlamentares e militares se estreitaram, e ainda segundo o *Correio*, as investigações avançam em “terreno minado”. Em entrevista ao *Correio*, o senador Izalci Lucas comentou a nota emitida pelos comandantes das Forças Armadas e pelo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, em condenação à fala de Aziz. Para Lucas, houve falha de comunicação e as Forças Armadas teriam entendido de “forma mais agressiva” a fala de Aziz, “o que não é verdade”. Alegou que não se pode “confundir” as Forças Armadas com “um ou outro militar”, uma vez que se trata de uma Instituição de Estado e não de governo, razão pela qual o presidente da República, Jair Bolsonaro, não pode utilizar militares no governo para “confundir a população”, pois estes não representariam as Forças Armadas como um todo. Segundo a *Folha*, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, que foi

ministro da Secretaria de Governo da Presidência por seis meses, criticou as manifestações em nota conjunta dos comandantes das três Forças e de Braga Netto e salientou que Bolsonaro tenta “arrastar as Forças Armadas para o jogo político” e utilizá-las como “instrumento de intimidação política e ‘jogo de poder pessoal’”. Para Santos Cruz, manifestações institucionais podem causar mais desgastes à CPI, que é política e ao mesmo tempo investigativa, e a nota dos comandantes e da Defesa agravou o atual cenário de crise. Embora não veja problema no fato de militar ocupar cargo de gestão federal, o general criticou o alto número de militares no governo e avaliou haver desequilíbrio em relação ao número de civis, e que Bolsonaro o fez intencionalmente, a fim de “transferir para o governo o prestígio social das Forças Armadas”. Santos Cruz destacou que, por parte das Forças Armadas, não há “missão” alguma em casos de militares no governo. Além disso, criticou as ameaças golpistas de Bolsonaro sobre as eleições de 2022. Em coluna ao *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde salientou que quem prejudica a imagem das Forças Armadas não são Aziz e a CPI, mas o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello e “seus militares”. Para Cantanhêde, o comandante do Exército, Paulo Sérgio de Oliveira Nogueira, está em “situação delicada” entre Planalto e Defesa, de um lado, e o Alto Comando, de outro, pois os generais de quatro estrelas veem e ouvem as críticas da população a Bolsonaro e acham um “absurdo” a postura do presidente da República em relação a máscaras e vacinas. Além disso, apontou que a nota foi iniciativa de Braga Netto, cada vez mais aliado ao presidente, e sublinhou um caráter mais agressivo oriundo do Planalto, que pretendia um “ameaça ainda mais dura” a Aziz. A jornalista destacou o tom de ameaça da nota e do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Almeida Baptista Jr., que, em entrevista ao jornal *O Globo*, afirmou que “homem armado não ameaça”, fala ratificada pelo comandante da Marinha no Twitter. Em coluna ao *Estado*, o economista Pedro Fernando Nery associou a nota dos comandantes e da Defesa à “teoria econômica de falar bobagem”, que se trata de uma “sinalização” de que, ao falar bobagens, o indivíduo aceita sacrifícios de reputação em prol de uma determinada situação, provando que é “bom soldado”. Neste caso, a nota seria um aceite de prejuízos à imagem da Instituição na sociedade, a fim de sinalizar seu apoio a um grupo, no qual se inclui Bolsonaro. Nery conclui que pode não ser este o caso, mas que, não sendo, implica em “déficit de capital humano nas tropas” se os comandantes forem “apenas o clichê que aparentam ser: um trio de ressentidos e despreparados”. *O Estado* abordou ainda o passado de militância de Aziz no movimento estudantil contra a ditadura militar (1964-1985) e pelas Diretas Já. De acordo com *O Estado*, o senador foi monitorado pela Secretaria Nacional de Informações (SNI) do regime como “subversivo” e identificado como “o Palestino”, em alusão à sua ascendência. (Correio Braziliense - Política- 10/07/21; Correio Braziliense - Política - 11/07/21; Correio Braziliense - Política- 13/07/21; Folha de S. Paulo- Covid-19- 10/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/07/21; O Estado de S. Paulo- Política- 10/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 13/07/21)

3- CPI da covid-19 III: representantes de diversos setores políticos e sociais comentaram tom de ameaça da nota de militares

No jornal *Folha de S. Paulo*, Elio Gaspari, Jânio de Freitas, Vinicius Torres Freitas e Raul Jungmann comentaram os atritos que vêm ocorrendo entre as

Forças Armadas e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19. Segundo o jornalista Jânio de Freitas, a nota do ministro da Defesa e dos três comandantes das Forças Armadas contra a CPI –que investiga militares possivelmente envolvidos em esquemas irregulares de compra de vacinas– constitui uma tática característica dos bolsonaristas. De acordo com Elio Gaspari, jornalista e autor de livros sobre a história do regime militar, a "Venezuela das milícias ficou mais perto". O autor mostrou preocupação quanto a uma ruptura democrática e afirmou que o sistema político venezuelano parece cada vez mais perto do Brasil. Gaspari ainda reforçou o caráter histórico desse tipo de ameaça, lembrando outros posicionamentos o ex-comandante do Exército, general Villas-Bôas, em sua rede social. Já Vinicius Torres Freire, jornalista e mestre em administração pública pela Universidade de Harvard, aventou que Bolsonaro e as Forças Armadas querem acostumar o país à ideia de golpe. Segundo Freire, o histórico do governo Bolsonaro deixa isso bem claro, enquanto o Brasil se acomoda com as ameaças, aguardando as eleições presidenciais. Na avaliação do jornalista, o que vem ocorrendo já é golpe, destruição institucional e caracteriza-se como crime. Por sua vez, Raul Jungmann, ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública, concedeu entrevista para a *Folha*, na qual afirmou que o principal problema das últimas crises com as Forças Armadas é a omissão da Câmara dos Deputados de regular a atuação dos militares da ativa. Jungmann afirmou que não se pode generalizar a atitude de um general como um posicionamento da instituição Forças Armadas, e que a mesma não tem intenções golpistas. Ao periódico *O Estado de S. Paulo*, o deputado federal Baleia Rossi, presidente do MDB, declarou: "A maior das funções das Forças Armadas é ajudar a zelar pelo Estado Democrático de Direito. Conquista de todos. Qualquer retrocesso seria inaceitável". Em entrevista ao *Estado*, Gilberto Kassab, ex-prefeito da cidade de São Paulo e atual líder do PSD, declarou que o senador Omar Aziz, presidente da CPI da covid-19, não ofendeu os militares, mas sim fez uma manifestação muito crítica. Kassab também avaliou, sobre a relação dos militares com o governo, que acredita que as coisas podem ter se misturado um pouco, mas que o comportamento inadequado não deve culpabilizar todos. Já o sociólogo Marcelo Coelho, em coluna opinativa para a *Folha*, avaliou que a reação das Forças Armadas à declaração de Aziz tem serventia: "vem demonstrar, a meu ver, como era ilusória a impressão de que a cúpula militar seria um contrapeso para a doideira de Bolsonaro". Para o sociólogo, falta autocrítica das Forças Armadas em relação aos acontecimentos de 1964, o que permite que atitudes de "indisciplina" - como as de Pazuello - saiam impunes. "[Os] comandantes simplesmente não se conformam com os limites estabelecidos para sua atuação dentro de uma democracia", ressaltou Coelho. Delfim Netto, economista e ex-ministro da Fazenda, afirmou, em coluna para a *Folha*, que "alguns [...] integrantes das Forças Armadas revelam desconhecer que a Constituição não lhes confere a atribuição de poder moderador". Já o sociólogo Paulo Delgado endossou as críticas às Forças Armadas, em coluna ao *Estado*. Para ele, os militares sabem seu lugar, mas estão sendo "levados por amigo da onça, [de modo que] não só leem errado seu estatuto como partilham da intromissão do governo na ordem militar" (Folha de S. Paulo - Poder - 11/07/21; Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 11/07/21; Folha de S. Paulo - Ilustrada - 14/07/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 14/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/07/21; O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 14/07/21)

4- CPI da covid-19 IV: Braga Netto é convocado pela Câmara dos Deputados após publicação de nota

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, foi convocado pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados para comparecer em audiência no dia 17/08/21 a fim de responder pela publicação da nota, também assinada pelos três comandantes das Forças Armadas, com “tom de ameaça” à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19. O jornal apontou que a nota foi emitida em virtude do comentário do presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), sobre o “lado podre” das Forças. Em resposta, a nota afirmava que os comandantes não admitiriam “qualquer ataque levado às instituições que defendem a democracia e liberdade do povo brasileiro”, comentário que foi visto por parlamentares como uma “tentativa de intimidação”. Conforme reportagem da *Folha de S. Paulo*, durante a sessão da CPI do dia 13/07/21, o senador Renan Calheiros afirmou que a comissão deveria seguir o exemplo da Câmara e também convocar Braga Netto, por seu “envolvimento no enfrentamento à pandemia”. Ainda segundo a *Folha*, o ministro da Defesa tornou-se “provocador-chefe da República”, e tem gerado críticas de outros militares e do Supremo Tribunal Federal. A visão é de que “o general tem sido tão bolsonarista quanto o chefe”, afirmou o periódico. Outro ponto sensível da polêmica nota é a versão de “incomodados oficiais-generais” que indicaram que a nota foi uma “imposição de Braga Netto” aos demais comandantes militares, e que o “texto veio pronto”, acrescentou a *Folha* (*Correio Braziliense* - Política - 14/07/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 14/07/21).

5- CPI da covid-19 V: jornais destacaram militares citados em depoimento

Os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* deram destaque à citação de militares no depoimento de Cristiano Carvalho, representante da empresa americana Davati Medical Supply, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia em 15/07/21. O *Correio* relatou que a partir do depoimento, a CPI identificou dois grupos dentro do Ministério da Saúde, ambos formados por coronéis, que negociaram vacinas com a empresa: um grupo do coronel Marcelo Blanco, então assessor do Departamento de Logística, e de Roberto Dias, que era diretor de Logística; e o outro do então secretário-executivo, Elcio Franco, e do coronel Helcio Bruno de Almeida. O *Correio* citou ainda os coronéis Cleverson Boechat, ex-coordenador-geral de Planejamento, Marcelo Bento Pires, ex-diretor de Programa e Glaucio Octaviano Guerra, assessor do adido militar da Embaixada do Brasil em Washington. Diante das acusações, conforme relatou *O Estado*, o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), cobrou do governo a demissão do coronel da reserva Elcio Franco, que atualmente é assessor especial da Casa Civil e despacha no Palácio do Planalto. Em coluna, a *Folha de S. Paulo* noticiou que os advogados do coronel da reserva Marcelo Blanco protocolaram pedido de *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) reivindicando o direito dele ficar em silêncio para não se autoincriminar na CPI da covid-19, embora aleguem que o coronel responderá todas as perguntas. O militar irá depor na CPI por ter participado do jantar com o policial militar Luiz Dominghetti e Roberto Dias, no qual Dominghetti denunciou ter recebido pedido de propina por Dias para a aquisição de vacinas contra a

covid-19. Para os advogados de Blanco, ainda não está estabelecido se ele será inquirido como testemunha ou investigado, mas acreditam que os indícios apontem para a condição de investigado. Em coluna para o *Correio*, o jornalista Luiz Carlos Azedo chamou a atenção para o fato de que os escândalos investigados pela CPI da covid-19 está desmoralizando os militares, tornando a incompetência na gestão do Ministério da Saúde mais evidente e repercutido na crescente rejeição da opinião pública à presença de militares em cargos de natureza civil. Para *O Estado*, a jornalista Eliane Cantanhêde deu destaque à falta de "inteligência" e "informação" nas tratativas dos militares envolvidos no Ministério da Saúde e a Davati Medical Supply para compra de vacinas. A jornalista ainda ironizou a disputa ocorrida entre dois grupos de militares dentro do Ministério. Sobre a nota emitida em 07/07/21 pelo ministro da Defesa, general Braga Netto, e os comandantes da Aeronáutica, da Marinha e do Exército contra o senador Omar Aziz, presidente da CPI, a jornalista reafirmou o que disse o senador: "Os bons das Forças Armadas devem estar muito envergonhados". Já o jornalista Alberto Bombig, em coluna para *O Estado*, observou que a convocação do general Braga Netto pela CPI deve avançar com cautela, para evitar que se crie a narrativa de que a comissão tenta investigar a instituição Forças Armadas, reforçando o estresse que culminou na nota já citada. (*Correio Braziliense - Política - 16/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/07/21*)

6- Militares no governo Bolsonaro I: opiniões sobre manifestações políticas por parte de membros das Forças Armadas

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, a jornalista Cristina Serra criticou a participação massiva de militares no governo Bolsonaro, além da demora de esclarecimento sobre as denúncias de corrupção. Serra declarou, em referência aos militares: "Baixem o tom senhores. O Brasil não tem medo de suas carrancas, de seus tanques". Ainda no mesmo periódico, uma pesquisa do Datafolha apontou que 68% das pessoas são contrárias a manifestações políticas por parte dos militares, como no caso da presença do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, em ato bolsonarista. Ademais, 39% dos ouvidos acham aceitável, enquanto 4% não souberam opinar. A pesquisa também aferiu se militares devem assumir cargos no governo: 58% acreditam que não deveriam, enquanto 38% acredita que sim, e por fim 4% não souberam responder. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Segundo o jornal, os desdobramentos da atuação de Pazuello têm causado diferenças na opinião pública sobre a atuação dos militares na política brasileira. (*Folha de S. Paulo- Opinião-10/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 11/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 12/07/21*)

7- Militares no governo Bolsonaro II: jornais apontaram ameaças à democracia

Conforme o editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, o governo de Jair Bolsonaro proporcionou muito poder e participação política aos militares, fato que, além de ameaçar a democracia, também está associado a um recente escândalo de possível corrupção de membros das forças na compra de vacina. O editorial ainda afirmou que, apesar das denúncias estarem sob investigação, "a reação do governo ao demitir os envolvidos sugere que algo está errado". Da mesma

maneira, o periódico *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial informando que não há mais espaços para chantagens e ameaças às instituições democráticas e, por isso, cabe ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, dar seguimento em pelo menos um dos 123 pedidos de impeachment contra Bolsonaro. Em coluna opinativa para a *Folha*, o sociólogo Celso Rocha de Barros declarou que esperava uma reação das Forças Armadas quando o presidente Jair Bolsonaro declarou que as eleições de 2022 devem ocorrer com votos impressos, caso contrário, não ocorrerão. Por outro lado, a nota do Ministério da Defesa e dos chefes militares foi entendida como ameaça de um golpe de Estado caso “a CPI continue a investigar oficiais bolsonaristas que roubaram dinheiro de vacina”. Na avaliação de Barros, a reação da cúpula das Forças Armadas à citação de militares pelo presidente da CPI da covid-19, senador Omar Aziz, é um sinal de que “protegerão seus corruptos”. O jornalista Reinaldo Azevedo, em coluna para a *Folha de S. Paulo*, comparou os militares dispostos a fazer ameaças ao processo eleitoral e apologia ao golpe de forma anônima a membros de grupos criminosos como o "PCC (Primeiro Comando da Capital), o Comando Vermelho, as milícias ou grupos terroristas". O jornalista afirmou ainda que militares "que estejam dispostos a pregar abertamente o golpe, com invasão do Congresso e do Supremo, prisão dos parlamentares de oposição e dos ministros independentes do Supremo, fechamento dos veículos de comunicação" poderiam até ter seus anseios publicados, mas com nome, endereço e um pedido de prisão. O colunista se disse disposto a preservar o anonimato apenas de militares dispostos a dizer que "essa conversa de golpe é bobagem". Já a coluna do jornalista Bruno Boghossian na *Folha* criticou a atuação de militares brasileiros junto a Jair Bolsonaro a partir de trechos divulgados pela *CNN* do livro escrito pelo general estadunidense Mark Milley. No livro, o general relatou os planos e as ações elaborados após o presidente Donald Trump, derrotado nas eleições de 2020, buscar atacar o resultado do pleito. Segundo o jornalista, a atuação para garantir a democracia nos Estados Unidos ocorreu nos bastidores, com apoio de militares, da CIA e do FBI. Já sobre o Brasil, o jornalista afirmou que ministros e comandantes preferem agir em sintonia com o presidente Jair Bolsonaro, que se antecipou aos obstáculos que Trump não conseguiu ultrapassar, tendo chefes das Forças Armadas, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Polícia Federal a seu lado. (Folha de S. Paulo – Política – 10/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 12/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/07/21; O Estado de S. Paulo – Opinião – 11/07/21)

8- Militares no governo Bolsonaro III: tramitação da PEC que barra militares em cargos políticos

Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* abordaram a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que barra militares da ativa em postos políticos no governo. O texto da proposta altera o artigo 37 da Constituição, ao introduzir “um trecho que determina que o militar da ativa, caso tenha menos de 10 anos de serviço, se afaste do cargo nas Forças Armadas para ocupar um cargo público de natureza civil”. Tendo mais de 10 anos de serviço, o militar deverá ir para a reserva antes de ingressar no cargo civil, explicou o *Correio*. A proposta, que ficou conhecida como “PEC Pazuello” em virtude da má gestão do militar da ativa no Ministério da Saúde, é de autoria da deputada Perpétua Almeida do PCdoB-AC, que justificou o projeto tendo em

vista que “busca-se preservar o caráter das Forças Armadas como instituições de Estado e não de governo”, ressaltou o *Correio*. A PEC possui apoio de diversos oficiais-generais, que se sentem “incomodados com a inevitável associação da categoria com o governo Bolsonaro”, e conta com o apoio de cinco ex-ministros da Defesa. Em Painel, a *Folha* destacou que os ex-ministros Nelson Jobim, Celso Amorim, Jaques Wagner, Aldo Rebelo e Raul Jungmann elaboraram e assinaram uma nota conjunta apoiando a PEC e responsabilizando o Congresso Nacional pela omissão na atual crise. Jungmann destacou que o Congresso tem o papel de supervisionar as Forças Armadas em democracias consolidadas e que, “ao se alienar do tema”, tem sido “parceiro da crise”. O jornal lembrou ainda que existem no atual governo 6.000 militares da ativa, cerca de metade em cargos comissionados. A *Folha*, por sua vez, destacou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, elaborou decreto que amplia os postos do governo que podem ser preenchidos por militares da ativa por tempo indeterminado. Em contrapartida, o partido Cidadania apresentou um projeto de decreto legislativo que visa sustar o decreto de Bolsonaro e analisa acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ato do presidente. A *Folha* salientou que o decreto de Bolsonaro contraria a PEC em tramitação na Câmara. No dia 13/07/21, conforme reportagem do *Correio Braziliense*, a PEC alcançou - e ultrapassou - as 171 assinaturas requeridas para que sua tramitação fosse iniciada. De acordo com reportagens da *Folha* e do *Correio*, a PEC foi formalmente apresentada no dia 14/07/21 na Câmara dos Deputados e recebeu apoio de ex-ministros da Defesa, que, em nota, elogiaram a medida por acreditarem que “fortalecerá a democracia”. Em editorial, *O Estado de S. Paulo* lembrou a criação do Ministério da Defesa como um marco nas relações civis-militares, pois evidenciou que a condução política dos assuntos militares deve ser feita por um civil. Contudo, essa tradição foi descontinuada no governo Bolsonaro, dada as várias nomeações de militares da ativa para cargos na administração pública. Por essas razões, o jornal inferiu que a PEC, que visa proibir a presença de militares no governo, vem em boa hora, a partir da ideia de que “são os civis, e não os militares, que devem dar solução aos problemas políticos”. (*Correio Braziliense* - Poder - 14/07/21; *Correio Braziliense* - Economia - 15/07/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 13/07/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 15/07/21; *O Estado de S. Paulo* - Opinião - 15/07/21)

9- Forças Armadas atuarão no combate ao desmatamento

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, disse que cerca de 3 mil militares das Forças Armadas serão deslocados para combater o desmatamento na Amazônia, que acaba de atingir seu recorde. Especialistas fizeram ressalvas, uma vez que as tropas não têm a mesma facilidade e formação dos agentes ambientais. Além disso, criticaram a iniciativa de avisar antecipadamente os locais onde as tropas se instalarão. (*O Estado de S. Paulo* – Meio ambiente – 10/07/21)

10- Crise no Haiti suscita debate sobre engajamento do Brasil em missão de paz
Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, o brigadeiro Maurício Ferreira Hupalo, subchefe de Operações de Paz do Ministério da Defesa, afirmou que as Forças Armadas veem com tristeza e preocupação a crise no Haiti depois do

assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 07/07/21. Segundo o jornal, o Brasil enviou 37.449 militares brasileiros ao longo dos 13 anos da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). Hupalo informou que o Ministério prepara tropas para ficarem em condições de retornarem para o Haiti, se necessário, embora não há previsão de nova missão da Organização das Nações Unidas (ONU). Sobre a Minustah, Hupalo destacou que "Todos os *forces commander* (comandante em-chefe da missão) foram brasileiros. Colocamos lá muita energia e esperávamos que o Haiti pudesse caminhar com as próprias pernas. Mas houve essa involução, que se espera seja temporária", acrescentou. Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, Lourival Sant'anna comentou sobre a participação brasileira no comando militar Minustah, vigente entre 2004 e 2017, em razão dos recentes acontecimentos no país. O jornalista afirmou que uma geração de militares brasileiros foi formada com o desejo de servir no Haiti e que isso garantia um propósito maior às Forças Armadas. E, frente ao assassinato do presidente Moïse, o colunista avaliou a necessidade de retorno da ONU ao Haiti, de forma robusta e duradoura, com um novo engajamento brasileiro. Em sua visão, o envio de militares ao exterior auxiliaria no recuo destes em atividades políticas no Brasil. (Correio Braziliense - Política - 16/07/21; O Estado de S. Paulo - Internacional - 11/07/21)

11- Relatos de recusa de militares em imunizar quem faz “campanha política”
Em reportagem, a *Folha de S. Paulo* comentou sobre relatos de que integrantes das Forças Armadas se recusaram a vacinar, em Manaus, estado do Amazonas, pessoas que portavam menção a “campanha política”. Em resposta, o Comando do Conjunto Amazônia afirmou que "não houve registro de qualquer ocorrência nesse sentido nos postos de vacinação onde atuam militares no apoio à vacinação em Manaus".

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Grasião Campos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX);
Débora Cruz Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Giovani Nunes de Aguiar (Redator, graduando em Relações Internacionais);

Giovanna Palas Soares Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Grazielly Dourado Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isadora Antunes Botelho (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais); Rodrigo Freitas de Souza (Redator, graduando em Relações Internacionais); Thalia Cristina Vieira Lima (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).